

**PROJETO DE LEI Nº 68, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017**  
**(Redação Final)**

*Dispõe sobre desafetação, autoriza o Executivo Municipal a alienar imóvel urbano para os fins que menciona, e dá outras providências*

A Câmara Municipal de Itaúna, Estado de Minas Gerais, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica desafetado o imóvel urbano localizado no **Bairro de Lourdes**, nesta cidade, procedente da matrícula 52.792, fls. 192 do livro 2-IT, do Cartório de Registro de Imóveis de Itaúna, de propriedade do Município de Itaúna, conforme descrito no artigo 2º desta Lei.

**Parágrafo único.** O imóvel desafetado na forma do *caput* deste artigo passará a constituir bem dominial, nos termos do artigo 99, III, da Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

**Art. 2º** O imóvel objeto desta lei constitui de uma área urbana cadastrada como lote 18 (dezoito), quadra 9-A, setor 01 (um), zona 03 (três), com área de 3.033,95 m² (três mil, trinta e três metros e noventa e cinco decímetros quadrados), localizado no Bairro de Lourdes, na Rua Mauro Custódio Parreiras, neste município de Itaúna – MG com as seguintes medidas e confrontações: 32,10 metros de frente confrontando com a Rua Mauro Custódio Parreiras; 92,85 metros pela lateral direita confrontando com os lotes 19, 20, 21, 22, 23, 24 e 25; 91,80 metros pela lateral esquerda confrontando com os lotes 40, 39, 38, 37, 36, 35 e 34; 33,65 metros pelos fundos confrontando com os lotes 29, 2 e 27, matriculado no Registro de Imóveis de Itaúna sob o nº 52.792, fls. 192, do livro 2-IT.

**Parágrafo único.** O imóvel a que se refere o *caput* deste artigo foi avaliado em R\$ 1.774.011,24 (um milhão, setecentos e setenta e quatro mil, onze reais e vinte e quatro centavos), conforme o Laudo de Avaliação constante do Anexo que passa a fazer parte integrante desta Lei.

**Art. 3º** Procedida à desafetação na forma do artigo 1º desta Lei, fica o Poder Executivo autorizado a alienar o referido imóvel para expansão do distrito industrial.

**Art. 4º** O Executivo Municipal procederá às alterações no cadastro do imóvel do Município e ao registro da área desafetada no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca.

**Art. 5º** Fica o Executivo Municipal autorizado a alienar o lote de terreno e respectiva construção descritos no artigo 2º desta lei.

**Parágrafo único.** O imóvel público será alienado mediante licitação pública na modalidade de concorrência nos termos do artigo 17 da Lei 8.666/93 e artigo 14 da Lei Orgânica do Município.

**Art. 6º** Os recursos financeiros obtidos com a alienação de que trata esta lei serão aplicados em bens de capital, conforme previsto no artigo 12, § 5º, inciso I da Lei 4.320/64.

**Parágrafo Único.** Os bens de capital a que se refere o caput deste artigo deverão constituir-se exclusivamente em bens imóveis com destinação a implantação de empreendimentos empresariais no Município

**Art. 7º** As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta do orçamento municipal, no exercício que ocorrerem.

**Art. 8º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itaúna-MG, 16 de outubro de 2017.

**Neider Moreira de Faria**  
Prefeito de Itaúna

**Dalton Leandro Nogueira**  
Secretário Municipal de Administração

**Jardel Carlos Araújo**  
Procurador-Geral do Município

## **PROJETO DE LEI Nº 68/2017**

### **JUSTIFICATIVA:**

Senhor Presidente e Senhores Vereadores da Câmara Municipal de Itaúna

O presente Projeto de Lei busca autorização legislativa para alienação de imóvel público na forma do artigo 17 da Lei nº 8.666/93 c/c com o artigo 14 da Lei Orgânica do Município, a quem possa oferecer o maior lance, igual ao superior ao da avaliação constante no anexo da proposta.

Acresce-se, que a proposta se trata de ordem prática, uma vez que a alienação a particulares garantirá que o direito de propriedade seja exercido concomitantemente com a sua função social de forma a atender efetivamente os fins coletivos.

Frise-se que o investimento em bens de capital se justifica no interesse público de fomentar o desenvolvimento econômico do Município, fortalecer os empreendimentos já existentes, gerar novos postos de trabalho e captar novos investimentos para a comunidade, e outros mais.

Conforme determinado no inciso I do artigo 17 da Lei nº 8.666/93, que estabelece a exigência da ampla publicidade e a participação de qualquer interessado, para a alienação de bens imóveis aplica-se a modalidade de concorrência, do tipo maior lance ou oferta, considerando a avaliação dos imóveis.

Em atenção aos ditames da citada lei licitatória, a avaliação do imóvel corresponde a R\$ 1.774.011,24 (um milhão, setecentos e setenta e quatro mil, onze reais, e vinte e quatro centavos).

A receita proveniente da realização dos recursos financeiros oriundos da alienação do bem imóvel será destinada a atender as despesas classificáveis em Despesas de Capital nos termos do § 2º do artigo 11 da Lei n.º 4.320/64.

Esperando seja aprovado o presente projeto, na oportunidade, expressamos os nossos protestos de distinta consideração.

Atenciosamente,

**Neider Moreira de Faria**  
Prefeito de Itaúna

**COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**  
**RELATÓRIO**  
**AO PROJETO DE LEI Nº. 145/2017**

Anselmo Fabiano Santos

*Relator da Comissão*

Tendo esta Comissão, recebido na data de 24/10/2017, por parte da Secretaria Legislativa da Câmara Municipal, a remessa do Projeto de Lei nº 145/2017 nesta Casa registrado sob o nº.145/2017, que "Dispõe sobre desafetação, autoriza o Executivo Municipal a alienar imóvel urbano para os fins que menciona, e dá outras providências". E tendo sido nomeado para relatar sobre a matéria em apreço, passo a expor as seguintes considerações:

O mencionado dispõe sobre desafetação, autoriza o Executivo Municipal a alienar imóvel urbano para os fins que menciona o e dá outras providências. Neste sentido, entendemos que o Projeto de Lei em apreço, está instruído com a documentação necessária, e encontra-se elaborado dentro da correta técnica legislativa, atendendo ao que estabelece o art.60, inciso I, do Regimento Interno da Câmara Municipal.

Feitas as considerações acima, conclui-se:

**VOTO DO RELATOR**

Diante do exposto, e após analisar o Projeto de Lei em questão, entendo que a matéria encontra-se elaborada em conformidade com as Normas Legais e Regimentais atinentes à espécie, e dentro da correta técnica legislativa, tem amparo legal e constitucional, deste Legislativo, estará apta a ser apreciada pelo plenário desta Casa Legislativa.

Sala das Comissões, 30 de Outubro de 2017.

---

*Anselmo Fabiano Santos*  
*Relator*

**PARECER FINAL DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**  
**AO PROJETO DE LEI Nº 145/2017**

Diante da análise, bem como, da emissão do Parecer exarado pelo relator da Comissão de Justiça e Redação Vereador Anselmo Fabiano Santos, ante o Projeto de Lei nº 145/2017, nesta Casa registrado sob o nº 145/2017, que " Dispõe sobre desafetação, autoriza o Executivo Municipal a alienar imóvel urbano para os fins que menciona e dá outras providências" de autoria do : Prefeito Municipal, entendemos que a proposta está instruída corretamente, atende a legislação vigente, estando portanto a matéria em apreço em condições legais de admissibilidade sob os aspectos constitucionais, regimentais e de correta técnica legislativa.

**Somos favoráveis à apreciação do Projeto pelo Plenário, acompanhando o Voto do Relator.**

Sala das Comissões, em 30 de Outubro de 2017.

*Anselmo Fabiano Santos*  
*Relator*

*Hudson Bernardes*  
*Presidente*

*Joel Márcio Arruda*  
*Membro*

**COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**  
**RELATÓRIO AO PROJETO DE LEI Nº. 145/2017**

**Joel Márcio Arruda**

Relator da Comissão

Tendo esta Comissão, recebido na data de 01/11/2017, por parte da Secretaria Legislativa da Câmara Municipal, a remessa do **Projeto de Lei nº 68/2017** advindo do poder executivo e, registrado nessa casa com o nº 145/2017, que “Dispõe sobre desafetação, autoriza o Executivo Municipal a alienar imóvel urbano para os fins que menciona, e dá outras providências.”, e tendo sido avocado para si a relatoria da matéria em apreço, passo a expor as seguintes considerações:

O projeto em tramitação, passou pelo crivo da Comissão de Justiça e redação, possui correta técnica legislativa e está em conformidade com o ordenamento pátrio, sendo assim favorável o parecer dessa r. comissão para prosseguimento do processo de apreciação em plenário.

Para melhor apreciação da proposta de lei encaminhada a essa casa legislativa, pertinente e oportuno trazer a lume o regramento legal dos bens públicos, previsto no art. 98 e seguintes do Código Civil (CC):

**“Art. 98. São públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno; todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem.**

Art. 99. São bens públicos:

I - os de uso comum do povo, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças;

II - os de uso especial, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias;

III - os dominicais, que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.

Parágrafo único. Não dispondo a lei em contrário, consideram-se dominicais os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado.

Art. 100. Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar.

Art. 101. **Os bens públicos dominicais podem ser alienados, observadas as exigências da lei**”. (grifo nosso)

Releva mencionar que, a desafetação “é a mudança da destinação do bem. De regra, a desafetação visa a incluir bens de uso comum do povo ou bens de uso especial na categoria de bens dominicais para possibilitar a alienação.”

Atendendo aos princípios consagrados no Texto Constitucional e às exigências normativas infraconstitucionais, a forma mais adequada de empregar os bens públicos deve orientar-se necessariamente ao atendimento dos interesses de caráter geral, especialmente na promoção de uma sociedade mais igualitária, de modo a permitir a concretização dos direitos individuais e sociais a todos.

A gestão do patrimônio público deve ser respaldada em processos democráticos e transparentes de tomada de decisões no âmbito da formulação, execução e monitoramento das respectivas políticas públicas, de forma a imprimir-lhe legitimidade e eficiência.

Desta feita, o ente municipal, enquanto membro da federação, goza de autonomia para legislar sobre assuntos de interesse local, inclusive no que tange à administração de seus bens, consoante inteligência do art. 30, inciso I da Lei Maior.

A autonomia municipal para a gestão do seu patrimônio foi ratificada em diversos dispositivos legais, dentre os quais o artigo 30, inciso VIII, combinado com o

artigo 182, §1º, da Carta Federal, que cabe ao Município ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

Essa missão foi corroborada com a edição do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), de cujo teor se extraem diversas atribuições outorgadas aos entes municipais, dentre as quais a competência legislativa municipal para determinação da utilização de solo urbano.

No tocante a matéria orçamentaria e financeira atinente a essa comissão, o projeto de lei em análise está em simetria com a legislação pátria, bem como à proposta do plano diretor municipal em vigência e às leis orçamentárias, no que se refere a expansão do distrito industrial e a adoção de políticas públicas que fomentem o desenvolvimento econômico municipal, senão vejamos o que prevê o art. 8º, VIII, alíneas ‘i’ e ‘j’ da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018 :

- i) incentivar a industrialização com ações que visem a atração de novas empresas para o Município, investindo na aquisição de terrenos, na realização de projetos de infraestrutura que otimizem os processos de licenciamento e regularização para instalação de empreendimentos futuros;*
- j) elaborar planos e programas de ação de apoio ao fortalecimento das empresas locais, para uma economia local dinâmica e criativa, e a criação de novos empregos e renda, sem prejudicar o meio ambiente; (grifo nosso).*

Oportuno referir o conceito e possibilidade da alienação de bem público, segundo entendimento do doutrinador administrativo HELY LOPES MEIRELLES, verbis:

*“Alienação é toda transferência de propriedade, remunerada ou gratuita, sob a forma de venda, permuta, doação, dação em pagamento, investidura (...). Qualquer dessas formas de alienação pode ser utilizada pela Administração Pública, desde que satisfaça as exigências administrativas para o contrato alienador e atenda aos requisitos do instituto específico. Em princípio, toda alienação depende de lei autorizadora, de licitação, e de avaliação da coisa a ser alienada, mas casos há de inexigibilidade dessas formalidades, pois incompatíveis com a própria natureza do contrato. (grifo nosso)*

Nesse trilhar, entendemos contudo, que uma vez desafetado o imóvel, que o Ente Municipal prefira a concessão de direito real de uso, instituto esse que conferirá



maior segurança jurídica na administração dos bens públicos, preservando-os e possibilitando destinações que visem a supremacia do interesse público sobre o privado, sem a dilapidação do patrimônio público, consequentemente não reduzindo a Receita de Corrente do município.

Em contrapartida, se o Poder Executivo municipal entender de acordo com o princípio da conveniência e oportunidade, que a alienação na forma de venda atenderá melhor a supremacia do interesse público, na medida que aumentará a Receita de Capital municipal, deverá fazê-lo fundamentado e devidamente motivado, tal qual exige o ordenamento pátrio.

A teor do preconizado, entendemos que o Projeto de Lei em apreço, está instruído com a documentação necessária, e encontra-se elaborado dentro da correta técnica legislativa, atendendo ao que estabelece o art.60, inciso II, do Regimento Interno da Câmara Municipal.

Feitas as considerações acima, conclui-se:

## **VOTO DO RELATOR**

Diante do exposto, e após analisar o Projeto de Lei em questão, entendo que a matéria encontra-se elaborada em conformidade com as Normas Legais e Regimentais atinentes à espécie, está instruído com a documentação necessária, e dentro da correta técnica legislativa, tem amparo legal e constitucional, deste Legislativo, e não contraria, as leis orçamentárias já aprovadas por essa casa, atendendo ao que estabelece o art. 60, inciso II, do Regimento Interno da Câmara Municipal., estando apta a ser apreciada pelo plenário desta Casa Legislativa.

Sala das Comissões, 20 de Novembro de 2017.

---

*Joel Márcio Arruda*

*Relator*

**Acompanham o Voto do Relator os demais membros da Comissão:**

*Hudson Bernardes*

Membro

*Gleisson Fernandes*

Membro

## **EMENDA ADITIVA Nº 01**

***Ao Projeto de Lei nº 68, renumerado nesta Casa sob o nº 145/2017***

Dispõe sobre a desafetação e autoriza o Executivo Municipal a alienar imóvel urbano.

Art. 1º - Inserir Parágrafo Único ao Art. 6º do projeto, com a seguinte redação:

***“Parágrafo Único. Os bens de capital a que se refere o caput deste artigo deverão constituir-se exclusivamente em bens imóveis com destinação a implantação de empreendimentos empresariais no Município.”***

### **Justificativa**

A finalidade da presente Emenda é assegurar que a aplicação dos recursos obtidos com a alienação do imóvel ora em discussão seja revertida para fomentar o desenvolvimento de atividades empresariais no município e que os bens de capital imóveis sejam destinados exclusivamente a este fim.

Sala de Sessões, Itaúna/MG, 23 de novembro de 2017.

**Antônio José de Faria Júnior - Da Lua**

**Vereador**

**PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO  
À EMENDA ADITIVA Nº 01**

O Presidente da Comissão de Justiça e Redação, vereador Hudson Bernardes, avoca para si a função de relator na apreciação da Emenda Aditiva ao Projeto de Lei nº 68/2017, registrado nesta Casa com o nº 145/2017, de autoria do Executivo Municipal, que "*Dispõe sobre desafetação, autoriza o Executivo Municipal a alienar imóvel urbano para os fins que menciona, e dá outras providências.*"

***RELATÓRIO:***

Vencido o crivo constitucional e infraconstitucional impingido pela Comissão de Justiça e Redação, não há óbice para que a emenda verificada seja submetida à apreciação do Plenário desta Casa.

***VOTO DO RELATOR:***

Sou pela apreciação da referida emenda pelo Plenário desta Casa Legislativa.

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 2017.

***Hudson Bernardes***  
*Relator//Presidente*

*Acompanham o Voto do Relator os demais membros da Comissão:*

***Anselmo Fabiano Santos***  
***Arruda***

Membro

***Joel Márcio***

Membro